CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1515/79 - DRECAP. 2 - Nº 4208/79

INTERESSADO : "EEPG THEODOMIRO EMERIQUE"/CAPITAL

ASSUNTO : Matrícula na 2ª série do 1º Grau de MARIA ELISABETE TSIAPRAKAS e GEÓRGIA CHRISTINA TSIAPRAKAS

RELATOR : Cons. Roberto Moreira

PARECER CEE Nº 999 / 80 CEPG Aprov. em 25 / 06 / 80

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

O Senhor Diretor Substituto da Escola Estadual de 1º Grau "Prof. Theodomiro Emerique", 8ª D E , DRECAP - 2, dirigiu-se a este Conselho, em julho de 1979, para expor dados da vida escolar de MARIA ELISABETE TSIAPRAKAS e GEÓRGIA CHRISTINA / TSIAPRAKAS e solicitar providências para sua regularização. A correspondência tem o seguinte teor (fls. 03 e 04):

"No início do mês de abril matriculamos na 1ª série do 1º Grau as alunas: MARIA ELISABETE TSIAPRAKAS, nascida em S. Paulo e 20 de novembro de 1968 e GEÓRGIA CHRISTINA TSIAPRAKAS, nascida também em São Paulo a 02 de março de 1970, filhas / de um casal grego.

Na oportunidade, a mãe das referidas meninas nos solicitou que matriculássemos suas filhas na 3ª série, uma vez / que já haviam estudado com uma professora particular durante 02 anos, o que não pudemos atender.

Passados alguns dias, solicitamos a 2 professores deste estabelecimento que fizessem um estudo minucioso a fim de / avaliar em que grau de escolaridade se encontravam as alunas.

O parecer dos referidos professores, após esse estudo e da aplicação de uma avaliação (anexa a este ofício), foi / de que as meninas podiam perfeitamente freqüentar classes de 2ª série, uma vez que já se encontram bem alfabetizadas e dominam / bem o conteúdo aritmético da 1ª série.

Diante disso, achamos por bem colocar as alunas numa classe de 2ª série, embora continuassem matriculadas na 1ª série.

Na impossibilidade legal de atendermos a insistência da Sra. mãe das referidas alunas que até o presente momento/não entendo a situação das mesmas, pois é estrangeira, de pouca / formação cultural, e estar passando atualmente por séria dificuldade financeira, uma vez que seu marido a abandonou com as crianças e a irresponsabilidade dos menores para arcar pelos atos dos pais, houvermos por bem encaminhar a decisão do caso a apreciação/ do douto Conselho Estadual de Educação, tendo em vista os aspectos pedagógicos e humanos que o caso envolve."

As avaliações das alunas, que o Senhor Diretor faz menção, encontram-se anexas no processo SE - DRECAP - 2 / 04208.

A Senhora Supervisora de Ensino, ao tomar conhecimento dessas situações escolares, assim se pronunciou (fls. 07):

"Tendo em vista não termos fundamentação legal para solução do caso em questão, considerando a situação da mãe / das crianças que é estrangeira, separada do marido, lutando com dificuldades financeiras e de baixo nível cultural; entendemos / que o caso deva ser devidamente apreciado pelo Egrégio Conselho Estadual de Educação...". Esta orientação foi referendada pela Senhora Delegada de Ensino, o mesmo ocorrendo com a Senhora Diretora Regional da DRECAP - 2.

Ao final de sua apreciação, a Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo manifestou-se / nos seguintes termos (fls. 13):

"...Trata-se, por certo, de dois casos a pedir medida em caráter de excepcionalidade, da alçada do E. CEE, razão pela qual, com respaldo na Deliberação CEE de 09/10/73, esta Assessoria transmite este processo a esse Egrégio Colegiado, para a douta manifestação dos Srs. Nobres Conselheiros de sua CEPG sobre os casos de que ele é porta-voz..."

Dessa forma, por intermédio do Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Educação, o processo foi encaminhado a este Colegiado.

2. APRECIÇÃO:

Os fatos relatados não evidenciam as razões pelas quais MARIA ELISABETE TSIAPRAKAS (nascida em São Paulo a 20/11/1968) e GEÓRGIA CHRISTINA TSIAPRAKAS (também nascida em São Paulo a 02/03/1970) não iniciaram até 1969 uma escolarização no sistema regular de ensino, segundo a progenitora, receberam instrução sistematizada, mas com professora particular.

Parece de bom senso e correto o comportamento do Senhor Diretor da Escola que, notando a idade cronológica das / alunas, os respectivos níveis de aprendizagem já obtidos e tendo diante de si o pedido da mãe, tomou a iniciativa de submetê-las a um processo de avaliação para determinar a série adequada que deveriam freqüentar. Outras possíveis omissões administrativas / de sua parte podem ser consideradas de pequena relevância; o fato a lembrar neste momento é o retardamento desse processo de avaliação e a indecisão em que série matriculá-las. Contudo, neste instante, o que se tem a fazer é regularizar a vida escolar / das alunas, com base na orientação perfilhada por esta Câmara, do aproveitamento de estudos realizados, comprovados na avaliação.

II - CONCLUSÃO

Em face do exposto, convalidam-se as matrículas de MARIA ELISABETE TSIAPRAKAS e GEÓRGIA CHRISTINA TSIAPRAKAS na 2ª série do 1º Grau, em 1979, na Escola Estadual de 1º Grau "Prof. / Theodomiro Emerique", 8ª DE., DRECAP - 2, bem como os atos escolares subseqüentemente praticados.

São Paulo, 11 de junho de 1980

a) Cons. Roberto Moreira
Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: Geraldo Rapacci / Scabello, Gerson Munhoz dos Santos, Honorato De Lucca, Jair de Moraes Neves, Roberto Moreira e Eulálio Gruppi.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 11 de junho de 1980.

a) Cons. JAIR DE MORAES NEVES
Presidente